



O REI E O SUJEITO

– considerações sobre a leitura no Brasil Colonial

Márcia Abreu

O mote dos últimos anos tem sido o das comemorações dos 500 de anos do Brasil, com a promoção das atividades mais variadas – de eventos acadêmicos a programas de televisão. Não há dúvidas de que os últimos, aliados a eventos de massa como o Carnaval, alcançam maior público, alimentando uma certa idéia do que fosse o Brasil no momento de sua “descoberta” e, por extensão, no período colonial. No clima dos festejos, são lembrados (ou criados?) grupos indígenas e tradições culturais aborígenes, paisagens idílicas com matas e praias exuberantes, árvores frondosas e animais exóticos. Recorre-se, com freqüência, aos viajantes estrangeiros que, numa espécie de certidão de batismo da nova terra, registraram suas impressões por escrito ou pictoricamente. Pinçam-se fragmentos de elogio às boas águas, ao saudável ar, à beleza das mulheres, ao sabor dos frutos.

A pedra no sapato destas comemorações parece ser a cultura letrada: não podemos festejar, junto aos 500 anos de Brasil, 500 anos de imprensa, 500 anos de funcionamento de bibliotecas públicas, 500 anos de escolarização (faltam ainda séculos para algumas destas datas). Desde os relatos dos agora tão lembrados viajantes estabeleceu-se uma dicotomia – fecunda para o pensamento sobre o país – entre natureza e cultura, com o enaltecimento da primeira e a crítica à ausência da segunda. As festividades têm escapado ao enfrentamento de questões, espalhadas nos textos de viajantes, que podem se resumir à sentença de um deles, Auguste Saint Hilaire:

J. A. NICOLAI
I. A. NICOLAI
I. A. NICOLAI

I. A. NICOLAI

I. A. NICOLAI

I. A. NICOLAI

I. A. NICOLAI

I. A. NICOLAI

*Por menos culto que seja o europeu, por mais baixa que lhe seja a procedência tem mais idéias do que os brasileiros a quem não vale a mínima instrução. Este é o caso geral mesmo quando se refere às pessoas ricas.*²

Boa parte dos intelectuais brasileiros tendeu a concordar com os viajantes sobre a difícil implantação da cultura erudita no país, especialmente no período colonial. Fazendo coro com os estrangeiros, lamentam-se pela ausência ou escassez de livros, escolas, tipografias, bibliotecas, livrarias, culpando não raras vezes a Coroa portuguesa pelo nosso atraso.

Alargando as fontes para além destes relatos é possível, entretanto, chegar a outros resultados, vislumbrando sinais da presença da cultura letrada no país. Sinais estes que revelam, muitas vezes, formas alternativas de acesso à erudição, concebidas como estratégias para contornar as dificuldades impostas pelo processo de colonização implementado por Portugal. É o caso, por exemplo, da instrução escolar. Tanto nos textos da época, quanto nos posteriores acumulam-se queixas: havia poucos estabelecimentos, os métodos de ensino eram obsoletos, as instalações eram inadequadas, os salários dos professores eram baixos e pagos sem regularidade. Se a coroa portuguesa não parecia preocupada em promover a ampliação e melhoria do sistema escolar, encontraram-se caminhos informais para alfabetização e instrução das crianças. Um dos mais comuns era contratar professores particulares – mesmo que sem formação específica. Adultos alfabetizados atuavam, assim, como mestres de primeiras letras para os filhos de seus parentes, conhecidos ou de seus patrões. Alguns especializavam-se nesta função e faziam publicar “Avisos” nos jornais:

*Acha-se residindo nesta Corte hum sujeito que se oferece para ensinar por casas particulares a lêr, escrever, e contar, por ser para isso summamente habil: Quem precisar utilizar-se do prestimo do dito sujeito, poderá deixar o seu nome, e o lugar da sua morada na loja da Gazeta.*³

Tal sistema não se restringia aos rudimentos da instrução – outros “sujeitos” se ofereciam para transmitir os mais complexos conhecimentos:

Hum Sugeito approved em Mathematicas, que explica as diferentes partes desta Sciencia, e suas applicações ao Commercio, Marinha, etc: tambem se propõe ensinar Elementos de Geografia, precedidos de huma nova Theoria geral do Universo onde se explicão as causas dos tres movimentos da Terra,

*das Mares, dos Ventos e de outros fenomenos ainda não explicados por principios simplicis: quem quizer procure na rua do Sabão, n.66.*⁴

Sem universidades e com poucas escolas públicas, uma rede de capelães, padres, caixeiros, ou simples “sujeitos aprovados,” incumbia-se de toda ou de parte da educação possível na colônia. Informal e privadamente muitos foram alfabetizados e penetraram os mistérios das ciências e das letras. Entretanto, este conhecimento seria de pouca utilidade caso não tivessem livros para ler.

Como se sabe, até 1808 não se permitia imprimir na colônia e, posteriormente a esta data, apenas a Impressão Régia poderia fazê-lo no Rio de Janeiro, o que pareceu, para muitos, um obstáculo intransponível no caminho rumo à cultura. Entretanto, esta dificuldade era contornada por meio de encomendas de livros feitas na Europa. Embora permitida, esta prática era fortemente controlada por organismos censores instalados em Portugal.⁵

Se a constituição de mecanismos de censura indica o desejo de manter sob controle os súditos e, especialmente, aqueles que viviam nos territórios dominados, acaba por revelar também um intenso comércio de livros e formas de colaboração entre pessoas d’aquém e d’além mar. A documentação produzida por e para a censura metropolitana atesta que, ao contrário do que se supõe, era forte a presença dos livros no Brasil, razão pela qual será aqui comentada com algum detalhe.

O material submetido à apreciação era o mais variado, pois todos os papéis estavam sujeitos ao parecer dos censores para que pudessem circular, levando os mais cautelosos a pedir autorização para remeter “papel pautado.”⁶ Na maioria dos casos, o parecer da censura era favorável ao envio dos livros, limitando-se aos dizeres “concedem licença.” Os títulos proibidos eram de conhecimento público e dificilmente seria enviado à censura um pedido de autorização para circulação de um livro sobre o qual pesasse interdição. Assim, os censores, talvez assoberbados em meio a tanta papelada e mais preocupados com o exame de obras a serem impressas, muitas vezes exaravam pareceres tautológicos como “Concedem licença para os que não forem proibidos” ou “Concedem licença excepto aos que forem proibidos.” Nas poucas oportunidades em que recusavam a autorização para envio de alguma obra para o Brasil, anotavam apenas o nome das obras proibidas, ou assinalavam um “X” ao lado do título e indicavam “excepto os de X.”

Excetuando-se um ou outro caso, em que os censores solicitavam informações adicionais ou em que os requerentes teciam algum comentário sobre a natureza de seu pedido ou sobre as obras, as requisições apresentadas

em Lisboa eram notavelmente homogêneas, seguindo fórmulas padronizadas. Em pequenos textos manuscritos o requerente dirigia-se a “V.A.R.” – Vossa Alteza Real – dizendo que necessitava remeter livros para o Brasil, apresentando em anexo uma listagem dos títulos para os quais pedia liberação. Embora a documentação silencie sobre os possíveis leitores das obras que aqui aportavam, valiosas informações podem ser extraídas das “Relações juntas,” pois aí arrolavam-se os títulos que se pretendia enviar, ainda que o detalhamento e precisão na notação das referências não tenha sido a maior preocupação dos requerentes. O “mercador de livros” João Baptista Reycend, por exemplo, em pedido elaborado em 1795, limitou-se a declarar que gostaria de fazer transportar para o Rio de Janeiro “Várias comédias, tragédias, entremezes e papéis modernamente impressos em varios annos,”⁷ sem que com isso se incomodassem os censores. Felizmente, a maior parte dos solicitantes é mais explícita, indicando, ao menos, o título da obra.

Considerando apenas o envio de obras de Belas Letras, no período anterior à vinda da Família Real para o Brasil – época em que a única possibilidade de aquisição e transporte legais de livros era importá-los de Portugal – 202 pessoas dirigiram-se aos censores submetendo requerimentos nos quais pediam licença para enviar 525 diferentes títulos para a cidade do Rio de Janeiro. Naturalmente há títulos para os quais há vários pedidos elevando o total para 1343 referências. Como se tratava de controlar a circulação de escritos tidos como perigosos, os censores não exigiam que se indicasse o número de exemplares a ser remetido – se não havia restrições ao texto, tanto fazia se fosse remetida uma ou muitas cópias. Mesmo assim, alguns acharam conveniente mencionar quantidades. Em 1800, por exemplo, Luiz Caetano Barboza remeteu “1355 comedias, excertos, entremezes, eglogas;” dois anos depois Luis Gomes, enviou “120 exemplares das Eglogas feitas a par por Antonio Joaquim de Carvalho.”⁸ Com maior frequência encontram-se referências no plural como “Autos de Carlos Magno,” “Autos de Genoveva” ou “Huma porção de Gazetas Portuguezas.” Possivelmente remessas volumosas como estas destinavam-se à comercialização e permitem supor que se todos os pedidos indicassem as quantidades remetidas o volume de livros presentes no Rio de Janeiro seria ainda mais eloqüente.

Entretanto, mesmo que se considere que, a cada pedido, apenas um exemplar da obra seria enviado, tem-se uma média de 111 obras de Belas Letras entrando a cada ano no Rio de Janeiro,⁹ cidade cuja população não ultrapassava os 50 mil habitantes em 1800.¹⁰ Destes, algo em torno de um terço teria condições sociais de ser leitor e importador de livros já que os demais eram escravos e, mesmo entre as pessoas livres, seria necessário excluir crianças e libertos pobres. Como termo de comparação, veja-se que

apenas 445 pessoas nascidas no Rio de Janeiro formaram-se em Coimbra ao longo do século XVIII.¹¹ No terreno das suposições, é possível imaginar, então, que, entre 1795 e 1807, haveria uma obra de belas letras para cada 50 habitantes adultos e em situação econômica confortável.

Não parece pouco, pois a maior procura não se dirigia a textos de poesia ou de ficção e sim para obras religiosas e profissionais: dos 18.903 títulos mencionados nos pedidos entre 1769 e 1822 apenas 30 por cento pertencem às belas letras. Além disso, livros eram bens de custo elevado: em 1796, um “Diccionario da Lingoa Portug. 1.vol.fol.mai.” custava 4.800 réis; as “Obras Poeticas de Pedro de Andrade Caminha, publicadas de ordem da Academia, 1.vol. 8^o” não saíam por menos de 600 réis¹² enquanto meio quilo de canela valia 46 réis.¹³ O *Almanach para o anno de MDCCXC* trazia uma curiosa “Taboa do que se pode gastar por dia á proporção da renda, que annualmente cada Pessoa tem”¹⁴ informando que alguém cuja renda anual fosse da ordem de 300:000 réis poderia despender 821 réis ao dia. Caso decidisse comprar as Obras Poéticas de Caminha, pouco lhe restaria para comer naquele dia... Tendo em vista a renda mínima anual considerada pelo Almanaque (10:000) pode-se supor que não eram muitos os que podiam adquirir livros com regularidade. Considerados estes fatores, a entrada de mais de 1.300 obras literárias em doze anos parece significativa.

A transferência da Família Real para o Brasil teve forte impacto no cenário cultural e, por conseguinte, na circulação de livros. Entre 1808 e 1822, 356 pessoas submeteram pedidos aos censores lisboetas solicitando autorização para enviar 851 diferentes obras de Belas Letras para o Rio de Janeiro. Como alguns títulos repetem-se, o total de livros remetidos passa para 3.003, aumentando em quase 250 por cento a quantidade de obras enviadas. É bem verdade que a população aumentou de forma significativa com a chegada de 15 mil novos habitantes, mas o acréscimo na quantidade de livros não pode ser atribuído, unicamente, à transferência da corte pois o transporte das bibliotecas dos nobres e seus acompanhantes deve ter se realizado sem a intervenção das instituições responsáveis pela censura, já que no ano de 1808 apenas 12 pessoas submeteram pedidos de autorização, das quais apenas duas diziam estar se transferindo para o Rio de Janeiro.

A partir de 1808, passou a ser possível, também, importar livros de outras localidades além de Portugal. Nova possibilidade se abre, nova forma de controle se instala: em 22 de abril de 1808, institui-se, por Alvará Régio, a Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro. Entre a vinda da Família Real e a Independência, a instituição esforçou-se por controlar a impressão e reimpressão de obras, o direito a privilégios sobre a criação de textos ou sobre sua edição, a fidelidade dos impressos a originais manuscritos, a retirada de livros da alfândega, a remessa de obras do Brasil para outros

países, o trânsito de livros entre os diferentes portos brasileiros, a censura a escritos que aqui aportavam.

Se poucos apresentaram requisições para enviar livros a outras nações – apenas três pedidos desta natureza foram apresentados no período considerado –, muitos mostraram-se ávidos por importar obras. Entre 1808 e 1824, oitenta e quatro pessoas dirigiram-se à Mesa com o intuito de obter a liberação de 1.190 títulos de Belas Letras, vindos da Europa – considerando-se os múltiplos pedidos para uma mesma obra, chega-se ao total de 1.956 livros. A maioria dos autores dos pedidos não se preocupava em indicar a procedência dos impressos, mas dentre os que o fizeram, a maioria aponta a França como local de onde partiam as obras, seguida de perto pela Inglaterra. Alguns faziam remessas de locais mais distantes ou menos óbvios, como o fez José Barreto Junior, “Negociante da Praça de Bengalla,” que em 1812, “trouxe em sua Companhia um bahú com livros”¹⁵ ou como Bento Swenhbergh, que, em 1818, pediu licença para fazer entrar no Brasil, cinco caixas contendo 571 “livros vindos de Havana,”¹⁶ todos anotados em francês em seu pedido de requisição.

Nem todos, entretanto, eram tão cuidadosos a ponto de indicar quantidades e modo de transporte. Assim como em Portugal, os poucos que tiveram tal preocupação mostram que o volume de livros remetidos podia ser bastante elevado. João Roiz de Barros, por exemplo, desejava fazer entrar no Brasil, em 1811, “250 Coleções de Escriptos Selectos, p. Theodoro P. Biencardy,” “250 Exemplares de Poezias, diversas” e “20 Coleções de Semanarios.”¹⁷

A preocupação que norteava a elaboração dos pedidos e do parecer dos censores era a ortodoxia dos textos e não seu destino no Brasil, de modo que o material pouco informa sobre as pessoas envolvidas na transação. A maioria sequer menciona o nome do remetente e do destinatário da remessa – das 84 requisições conservadas apenas quatro deixam claro o responsável pelo envio e pela retirada na alfândega do Rio de Janeiro.

Explicitar a finalidade do envio também não era de praxe, havendo indicações apenas quando se tratava de transporte de livros pessoais, ocasião em que o solicitante declara que “para seu uso mandou vir” os livros ou que “mandou vir para sua casa, e nao para negocios.” Alguns mais cautelosos, ou talvez atemorizados com a atuação da censura, chegavam a fazer juras em nome da própria honra como Mr. Laysleur que, transferindo-se da França para o Brasil, trouxe consigo sua biblioteca e asseverou: “*Je déclare et jure sur mon honneur que les livres ci-dessus mentionés sont en partie vieux et tous a mon usage.*”¹⁸

Embora o sistema de censura e fiscalização do transporte de livros fosse bastante rigoroso não foi capaz de impedir o acesso aos livros proibidos.

Sabe-se, a partir do estudo dos autos de devassas, que escritos como os de Mably, Raynal, Montesquieu, Rousseau, Voltaire estavam presentes em bibliotecas mineiras, baianas e cariocas desde o século XVIII. Se, nas devassas, procuravam-se deliberadamente obras proibidas como forma de incriminação de seus proprietários, algumas vezes a infração caía no colo dos censores da forma mais aleatória. Assim aconteceu por ocasião da descoberta da venda de livros proibidos na loja da *Gazeta da Bahia*, em 1820. Consta entre os documentos conservados pela Mesa do Desembargo do Paço, uma carta não assinada, nem datada, apresentando uma denúncia:

Mandando comprar huma lata de rapé da Bahia, ma trouxerão embrulhada dentro da Lista de Livros juncta da qual se mostra estare m alli expostos á venda pública na Loja da Gazeta as obras de Pigault Lebon prohibidas pela Mesa em razão da sua notoria impiedade e obscenidade; e assim tambem a Vida do Cavalheiro Faublas por Louset de Convrai chêia de inumeras passagens as mais libertinas, e, a meu ver, ainda mais excitantes do que as que contem aquelloutra, como se conhece pela apresentação da Secretaria deste resp^o sobre a qual mandando a Mesa informar o Conselheiro Censor Regio José da Silva Lisboa, se conformar este inteira^m. Com a mesma representação e ficando consequentemente prohibida a Obra por Despacho da Mesa. Nestes termos não consente o meio rêlis, q eu deixe de pedir a V. S. queira levar ao conhecimento de Portugal o q foi dito, lembrando ao mesmo tempo ser conveniente mandar informar ao Gov. Capp. General sobre a Licença que houve para a venda das ditas obras, q apesar de tudo deverão ser cassadas, prohibindo-se desde logo a mesma venda, assim e do mesmo modo q se lhe ordenam a venda dos Livrinhos intitulos = Milagres. Por ora bastará só dizer q é digna de grande estranheza a facilidade e segurança com q se annuncião obras de semelhante natureza e de mais a mais a huma Loja de Gazeta, e de huma Cidade tal como a Bahia; pois a Lista pela circunstancia exposta, e pela dos erros, q traz bem demonstra ser impressa na Typographia daquela Cidade.¹⁹

Deveria mesmo causar espanto o fato de que, debaixo de tanto controle, fossem impressos anúncios divulgando a venda pública e aberta de obras proibidas. Não fosse a casualidade da encomenda de uma lata de rapé, talvez os livros continuassem circulando livremente. A “facilidade e escandalo” com que circulavam as obras deixou os censores em polvorosa. Uma vez notificada a Mesa, tomou-se uma série de medidas no sentido de apreender as obras – não apenas aquelas denunciadas na carta, mas um conjunto de outras anunciadas no impresso remetido em anexo (“Pensamentos de Pascal com as notas de Mons. de Voltaire,” “as obras de M. de Montesquieu,” “as

Cartas Persas," "Ma sante Genevieve ou je l'ai echappé belle com fig.," "La Mechante femme," "Le bom jeune homme," "Episodes de la vie d'une jolie femme," "Les Contemporaines, ou Aventures de plus jolies femmes de l'age present com figuras," "Naselle Morali de Francesco Loave"²⁰).

Vê-se, assim, que as possibilidades de leitura das Belas Letras não se esgotavam nos 851 títulos importados de Portugal (submetidos ao crivo da censura lusitana), tampouco nos 1.190 introduzidos no Brasil a partir de outras localidades européias (fiscalizados pela Mesa do Desembargo do Paço). A eles seria preciso acrescentar as obras contrabandeadas, de difícil quantificação, pois, por sua própria natureza, deixam poucos vestígios documentais. O fato é que, legal ou clandestinamente, os brasileiros travavam contato com autores e obras em circulação na Europa no mesmo período.

A volumosa presença de livros atestada pela documentação conservada pelos mecanismos de censura coloca em cheque a idéia de que não havia leitores na colônia. Coloca em dúvida, também, as interpretações que vêm na pequena quantidade de livreiros aqui instalados um indício do desinteresse pela cultura letrada. Pesquisas indicam que, em fins do século XVIII, havia apenas duas livrarias na cidade do Rio de Janeiro, ampliando-se para dez após a chegada da corte.²¹ Como supor que a comercialização de tal quantidade de livros dependesse apenas da atuação de uma dezena de livreiros? Neste caso seríamos forçados a acreditar que as vendas nestas poucas lojas eram extraordinárias – mantendo-se a hipótese de que a cada pedido de autorização apenas um exemplar fosse remetido ao Rio de Janeiro teríamos mais de 6.300 obras disponibilizadas por aqueles poucos estabelecimentos. Mesmo sabendo que vidraçarias, farmácias e armazéns vendiam livros, entre outros produtos,²² continua difícil imaginar que toda a venda dependesse apenas de estabelecimentos comerciais.

Parece mais razoável imaginar a existência de formas alternativas de distribuição e venda de livros. Uma primeira possibilidade parece ser a encomenda direta a livreiros europeus: entre 1769 e 1807, ao menos 14 livreiros²³ portugueses enviaram livros ao Rio de Janeiro; no período subsequente, este número cresce para 17. Eles são responsáveis por centenas de pedidos, tendo enviado para o Rio de Janeiro milhares de obras, mesmo sem casa comercial na cidade. Esta possibilidade era alardeada pelos livreiros lusitanos que, em seus Catálogos, ofereciam-se para a remeter livros para fora de Portugal. Uma das casas comerciais a publicar regularmente "advertências" desta natureza é a da Viúva Bertrand, responsável por dezenas de pedidos de autorização para envio de livros para o Brasil:

Além dos sobreditos, se acha também na mesma loja por preços muito accomodados hum copiosíssimo sortimento de livros em todas as Línguas,

*Artes e Faculdades. Os mesmos mercadores de livros apromptão todas as encomendas de livros para dentro do continente do Reino, e suas Conquistas; e mandão vir todos quantos se lhes encommendão dos Países Estrangeiros, donde acabão de receber hum copioso sortimento em todas as diferentes classes, etc.*²⁴

Pode-se pensar também que estes mesmos comerciantes conheciam formas de venda alternativas ao estabelecimento de uma livraria, como, por exemplo, a contratação de intermediários, prática corrente mesmo em países europeus. Marie-Hélène Piwnik, em estudo sobre livreiros franceses e espanhóis em Lisboa, apresenta o caso de Francisco Manuel de Mena, mercador de livros espanhol, que, ao invés de estabelecer uma filial lisboeta, contentou-se com efetuar viagens de negócios à capital portuguesa e de lá contratar dois “mancebos” encarregados de vender suas obras.²⁵

Há indícios, no caso brasileiro, de prática semelhante, conforme relata Maria Beatriz Nizza da Silva. Segundo a autora, a distribuição e a venda de livros, principalmente dos importados de Lisboa, eram feitas seja pelos próprios autores seja por conhecidos ou amigos dos editores. O funcionário público Luís Joaquim dos Santos Marrocos, por exemplo, relata em suas cartas que, por duas vezes, incumbiu-se de distribuir e vender publicações portuguesas, contratando intermediários. A experiência foi mal sucedida, segundo ele, pela negligência e falta de habilidade das pessoas que ele agenciara:

*se eu tivesse aqui pessoa capaz e desembaraçada para solicitar subscritores, estou certo que se granjeariam mais de 500 ou 600, e todos pessoas graudas, o que faria aumentar o crédito da obra (...) eu não o posso fazer pessoalmente, pois nem tenho jeito nem tempo para isso, e além de me não ser isso decente nas circunstâncias em que me acho, não tenho olhos para ver arregar os dentes a uns, e torcer o nariz a outros.*²⁶

Vemos aqui uma dupla intermediação: livreiros portugueses remetiam obras para Marrocos que agenciava pessoas capazes de fazer sua distribuição pela venda direta nas casas. Do outro lado do Atlântico, o comércio de livros também passava por pessoas comuns, como João Gomes de Oliveira, que, sem ser livreiro ou sequer negociante, submeteu à censura portuguesa 54 pedidos de envio de obras literárias para o Rio de Janeiro entre 1815 e 1822, remetendo 771 livros. Não há dúvidas de que se tratava de comércio, mas, infelizmente, a documentação não informa quem se responsabilizava pela distribuição de tantos livros. Seja como for, restringir o comércio livreiro às

livrarias estabelecidas tanto no Brasil quanto em Portugal mascara possibilidades de circulação e aquisição de livros na colônia.

Assim, pelas mais variadas vias, sucessos editoriais europeus – hoje ignorados ou pouco conhecidos – aqui aportavam com regularidade. No campo das Belas Letras, verifica-se intensa procura por obras como *Aventuras de Telêmaco* (*Les Aventures de Télémaque*, François de Salignac de la Mothe-Fénélon, 1699), *Noites de Young* (*The Complaint or Night Thoughts on Life, Death, and Immortality*, Edward Young, 1742-45), *Selecta Latina* (*Selecta Latini Sermonis exemplaria e scriptoribus probatissimis*, Pierre Chompré, 1778), *História de Gil Braz de Santilhana* (*Histoire de Gil Blas de Santillane*, Alain René Lesage, 1715-35), *As Mil e Uma Noites* (*Les Mille et Une Nuits*, Antoine Galland, 1704-1717), *História do Imperador Carlos Magno, e dos doze pares de França*, (traduzida do castelhano em português por Jeronimo Moreira de Carvalho, 1728), *Fábulas de La Fontaine* (*Fables de La Fontaine*, Jean de La Fontaine, 1668-1694).

Um erudito oitocentista provavelmente torceria o nariz diante de um tal conjunto de obras, já que aí não estão incluídos clássicos grego-latinos ou sequer grandes autores como Camões, Virgílio ou Dante. Embora obras clássicas também fossem enviadas ao Brasil, a preferência parece dirigir-se para os romances – gênero pouco valorizado pela intelectualidade da época, mas de grande sucesso editorial. Leitores europeus esgotavam sucessivas edições das obras listadas acima, auxiliados por leitores cariocas que, ao importar livros, optavam pelos *best-sellers* da época.

O interesse pela cultura grega, entretanto, não está ausente. O mais procurado dos livros – *Aventuras de Telêmaco* – tem por objetivo servir de introdução ao mundo clássico. Fénélon, lançando mão de dois gêneros tidos à época como menores – o romance e o texto didático –, compôs uma narrativa em que o filho de Ulisses empreende uma viagem em busca do pai. Passando por localidades reais e mitológicas, encontrando-se com personagens históricos e fabulosos, o jovem Telêmaco envolve-se em batalhas, naufrágios, crimes, guerras, sem furtar-se a um ou outro envolvimento amoroso. Sob esta roupagem romanesca, introduzem-se informações sobre poetas, historiadores, lições de moral e política.

O fato de uma obra desta natureza ser a mais procurada pelo público carioca indica que esta não era uma colônia desinteressada pela erudição. Era sim uma colônia cuja metrópole não parecia interessada em facilitar o acesso à instrução e aos livros, como forma de mantê-la sob controle. Apesar das limitações impostas, encontravam-se brechas no sistema: havia poucas escolas, mas professores particulares incumbiam-se da educação; não se podia imprimir, mas era possível importar livros; a presença de livreiros era restrita,

mas se podia recorrer ao comércio alternativo e às relações com residentes na Europa que se incumbissem da compra e do envio de livros.

Um dos “avisos” publicados na *Gazeta* parece sintetizar a situação.

Hum sujeito que alguns annos estudou em França, se offerece a ensinar a verter, escrever, e fallar a lingua Franceza, entrando no genio della. [...] O estudante só carece de hum Telemaco, e hum Diccionario Francez para principiar [...] Findos os seis meses, o estudante sensato, havendo trabalhado, deve verter, escrever e fallar o Francez, a ponto de conhecer-lhe as principais elegancias. O preço he de 480 reis por mês.²⁷

Tudo é informal. O professor, que aparentemente não era diplomado pois dizia apenas que “alguns annos estudou na França,” lecionava em casas particulares. Usava livros importados – tanto as *Aventuras de Telêmaco* quanto o *Dicionário Francês* jamais foram impressos no Rio de Janeiro no período colonial. Estes livros poderiam ser adquiridos nas poucas livrarias instaladas na cidade, mas poderiam chegar às mãos dos alunos sem a intermediação de livreiros. Não obstante, o mestre parece confiante: com um pouco de sensatez e trabalho, garante-se sucesso em seis meses...

Se o Rei cuidava para que a colônia não tivesse idéias emancipacionistas fomentadas pela instrução e pela leitura, os sujeitos que aqui viviam eram capazes de iniciativas variadas no sentido de tomar contato com a cultura letrada.

Notas

- ¹ Este trabalho é parte das pesquisas desenvolvidas junto ao Projeto Memória de Leitura financiado pelo CNPq e FAPESP.
- ² SAINT HILAIRE, Auguste. *Segunda Viagem ao Rio de Janeiro, a Minas Gerais e a São Paulo (1822)*, tradução de Affonso de E. Taunay, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1932, pág. 215
- ³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, N° 44, sábado, 11 de fevereiro de 1809.
- ⁴ *Gazeta do Rio de Janeiro*, N° 25, quarta feira, 28 de março de 1810.
- ⁵ Consideramos o período que se inicia em 1768, com a constituição da Real Mesa Censória, instituída por ordem do Marquês de Pombal com vistas à unificação do sistema de censura anteriormente dividido entre o Santo Ofício, o Ordinário e o Desembargo do Paço. Entre suas atribuições, constava o exame de livros em papéis em circulação entre Portugal e suas colônias. Acreditando que a RMC não cumpria a contento suas atribuições, D. Maria I a substituiu pela Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura dos Livros, mantendo a determinação de controlar a impressão, venda e transporte de livros. Em 1794, novas alterações foram introduzidas no sistema com a extinção da Real Mesa e divisão de suas atribuições entre o Santo Ofício, a autoridade episcopal e o Desembargo do Paço sem que se modificasse, entretanto, a forma de controle à circulação dos livros. Com a transferência da corte para o Brasil, em 1808, institui-se, por Alvará Régio, a Mesa do Desembargo do Paço no Rio de Janeiro, destinada, entre outras atividades, a examinar os livros importados e os escritos submetidos à Impressão Régia. A extinção do Santo Ofício em Portugal (1821), fez com que a Secretaria da Censura do Desembargo do Paço de Lisboa passasse a se responsabilizar pela matéria. Embora o controle da circulação e impressão de livros tenha sofrido estas alterações, não há modificações significativas na natureza dos documentos submetidos a apreciação. (PENTEADO, Pedro. *Real Mesa Censória, inventário preliminar*. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo, Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário, Lisboa, Março de 1994.) Na análise da documentação examinamos apenas os pedidos de autorização para envio de obras de Belas Letras para a cidade do Rio de Janeiro.
- ⁶ Pedido elaborado pela Viuva Bertram e filhos, em 1803. “Catálogos: exame dos livros para saída do reino,” destino: Rio de Janeiro, Real Mesa Censória – caixa 154 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, doravante ANTT-RMC).
- ⁷ “Catálogos: exame dos livros para saída do reino,” destino: Rio de Janeiro, Real Mesa Censória – caixa 153, ANTT-RMC.
- ⁸ “Catálogos: exame dos livros para saída do reino,” destino: Rio de Janeiro, ANTT-RMC, caixa 153.
- ⁹ Embora o controle exercido pela RMC tenha início em 1769, para este cálculo foi considerado o período principiado em 1795, uma vez que, anteriormente, encontram-se registros apenas em 1769 – quando dois requerentes solicitaram autorização para envio de duas obras de Belas Letras – e, em 1775 – em que há um pedido para envio de 11 obras.

- ¹⁰ Estimativa realizada por HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*, São Paulo, EDUSP, 1985.
- ¹¹ Dados disponíveis no site www.unicamp.com.br/iel/memoria na seção Linha do Tempo, “Números, Estatísticas e Valores.” Segundo o *Almanach para o anno de MDCCCLXXXIX* (Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias. Com licença da Real Meza da Comissãõ Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros. E Privilegio de S. Magestade), apenas no ano de 1789, 877 estudantes matricularam-se nas “Faculdades Academicas.”
- ¹² “Catalogo das Obras já impressas e mandadas compor pela Academia Real das Sciencias de Lisboa: com os preços, por que se vendem brochadas” anunciado no *Almanach para o anno de 1796*, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias, com Privilegio de S. MAG.
- ¹³ www.unicamp.br/iel/memoria
- ¹⁴ *Almanach para o anno de MDCCXC*, Lisboa, Na Officina da Academia Real das Sciencias. Com licença da Real Meza da Comissãõ Geral sobre o Exame, e Censura dos Livros. E Privilegio de S. Magestade, p. 448.
- ¹⁵ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Mesa do Desembargo do Paço (doravante ANRJ – MDP), Caixa 169.
- ¹⁶ ANRJ – MDP, Caixa 168.
- ¹⁷ ANRJ – MDP, Caixa 169.
- ¹⁸ ANRJ – MDP, Caixa 169, Documento de 1818.
- ¹⁹ ANRJ – MDP, Caixa 168.
- ²⁰ Documento assinado por Bernardo Jose de Souza Lobatto, Rio de Janeiro, 22 de junho de 1820. ANRJ–MDP, Caixa 168.
- ²¹ Cf. NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Comércio de livros e censura de ideias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822),” *Ler História*, n. 23, Lisboa, 1992, pp 61-78 e SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro (1808-1821)*, São Paulo, Cia Editora Nacional, 1978.
- ²² A venda de livros em lojas não especializadas pode ser constatada nos anúncios publicados em jornais cariocas como a *Gazeta do Rio de Janeiro* ou o *Jornal de Annuncios*. Ver também CAEIRO, Francisco da Gama. *Livros e Livreiros Franceses em Lisboa nos Fins de Setecentos e no Primeiro Quartel do Século XIX*, Separata do boletim Bibliográfico da Universidade de Coimbra, vol. 35, 1980.
- ²³ Importa esclarecer que a designação “livreiro,” até o início do século XIX, pode recobrir tanto as atividades de venda, quanto de edição e impressão de livros.
- ²⁴ *Catálogo de Alguns Livros Portugueses que a Viúva Bertrand e filhos, mercadores de livros, mandarão imprimir por sua conta, ou tem edições e se vendem na sua loja, na rua direita das portas de Santa Catharina junto à Igreja de Nossa Senhora dos Martyres e acima do Xiado em Lisboa*, 1791. Este é o mais antigo catálogo conservado; a advertência se mantém nos anos seguintes.
- ²⁵ PIWNIK, Marie Hélène. “Libraires Français et Espagnols à Lisbonne au XVIIIe. Siècle,” in *Livres et Libraires en Espagne et au Portugal (XVIe. -XXe siècles)*, Paris, Ed. C.N.R.S., 1989, p. 90.
- ²⁶ Carta 155 das “Cartas de Luís Joaquim dos Santos Marrocos, escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821” *apud* SILVA, Maria Beatriz Nizza da. “Livro e Sociedade no Rio de Janeiro” (1808-1821), in: *Revista de História*, n. 94, 1973, p. 453
- ²⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, 2 de dezembro de 1815.